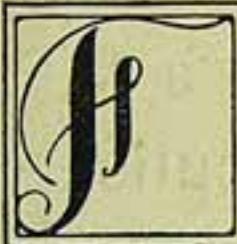


# *O Malho*

RIO DE JANEIRO, 1 DE JULHO DE 1922

## ENTRE BRASIL E PORTUGAL



ALAR do jacobinismo irritante de meia duzia de desocupados intelectuais é traçar a caricatura mais pitoresca do momento social que vamos atravessando na capital da República. Jacobinos há por aí, não há dúvida, que vivem noite e dia, numa falsa posição, sem saber o que dizem, porque o que elas alegam, na faina desesperada de demolir, sem atinarem com a reconstrução, é a mais berrante das contradições com os sentimentos da comunhão social.

São, em verdade, rapazes intelligentes. Alguns até se dão ao luxo da erudição e vão, pelas esquinas e pelos botequins, a sommar estatísticas apavorantes. No fundo, porém, todo esse fogo de um patriotismo postigo, todo esse acervo de sabença mal adaptada e pessimamente digerida, revela uma prevenção sistemática contra o único povo de quem nos devemos orgulhar de ser irmãos e amigos. O jacobinismo desse grupo saltitante e pouco nocivo, pela sua nula eficiência, é exclusivamente voltado contra o português.

Paiz que teve os seus primeiros passos, que procederam à emancipação política, guiados e colonizados por um povo bravo e civilizador, vivendo, nos dias incertos que sobrevieram à proclamação da sua independência, da imigração que lhe tem trazido o trabalho fecundo e vital do braço de fóra, era natural que, se nativismo existisse, elle se consubstanciasse numa vigília incessante contra os elementos estrangeiros aqui infiltrados, sem distinção de raças, nem de origens, não contra um certo e determinado estrangeiro. O português, sendo o menos estrangeiro de todos quantos às págas de Santa Cruz aportaram, é, entretanto, o único visado pela campanha idiota e ridícula.

O chauvinismo, formula precursora disso que aí está a fermentar e a intrigar, arrastou a Áustria de 1864 a Sadowa e a França de 1871 a Sedan. Entre nós está medrando como flor exótica dos pantanós.

Pode-se reafirmar uma verdade histórica, sem grandes esforços, apontando a essa gente inconsciente o que tem sido, em resumo, a tradicional amizade política de Portugal para com o Brasil. A nossa própria separação da Metrópole é obra de pura evolução natural, sem revolução, nem rompimento, sem estremecimentos de ordem geral entre o povo que se declararia maior, em Setembro de 1822, e a mãe pátria. O mesmo governo português, a mesma dinastia, tem grande parte no grande e decidido feito. A vinda de D. João VI para a Bahia e, depois, para o Rio de Janeiro, deu ao Brasil a categoria de reino, favorecendo com uma série de actos tão importantes a antiga colónia que, de facto, poderia viver unida a Portugal, como viveram a Suécia e a Noruega, a Hungria e a Áustria, sem contudo uma depender do outro.

A nossa libertação não sofreu o contra-choque de nenhuma crise económica, como a dos americanos do norte — que não quizeram pagar um imposto que não haviam votado; — ella foi, pode-se dizer, uma reclamação legítima da nossa própria autonomia ou-

torgada pelo monarca lusitano que aqui estivera abrigado do flagelo napoleónico.

Um povo que assim sae da tutela do outro, deste não fica inimigo, nem ha prevenção que se justifique. O jacobinismo impenitente, que força por inverter os valores morais da approximação luso-brasileira, esquece isto e, pelos seus processos, procura lançar entre as duas nacionalidades, que se amam e se fortalecem no auxílio mutuo, essa espécie de atrofia da solidariedade étnica e da consciência histórica da nossa raça, symbolo do maior e do mais perfeito dos desastres com que nos está brindando esse surto de parolice e de desmandos irresponsáveis.

Comprehende-se, afinal de contas, que vivemos dignamente, honradamente e independentemente integrados, num nacionalismo sadio e elevado. O que não se pôde é amar a vida, viver, na ampla, forte e significativa expressão da palavra, sem o ideal supremo a que cada um promptamente submetta as suas ambições, riquezas, comodidades e regalos da existência transitoria.

Os que hostilizam Portugal e os portugueses residentes no Brasil não têm, não poderiam ter o exacto conhecimento do jogo das paixões populares e supõem contentar a opinião publica desta capital, enxovalhando o brio de cerca de trezentos e cinqüenta mil lusos, que, numa cidade de pouco mais de um milhão de habitantes, hombream-se connosco e quasi todos são chefes de famílias brasileiras. Vejam só o contrassenso.

Aproveitaram elles a hospedagem que dispensamos aos dois gloriosos aviadores, heróis de uma façanha immortal e precursores de remotas e gloriosas conquistas aéreas, para denegrir a raça magnanima de onde descendemos, o tronco da nossa origem.

Esse dois marinheiros portugueses, que são, sem favor nenhum, duas verdadeiras resurreições lendárias d'aqueles varões soberbos que outrora dominaram os mares de todos os hemisférios, descobrindo mundos misteriosos, honrariam qualquer pátria a que pertencessem. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, a ciencia e a precisão aliadas ao arrojo e à galhardia, embora adjudicados no patrimônio das grandezas lusitanas, não pertencem só a Portugal, porque o renascimento dos povos progressistas os reclamam, para melhor admirá-los pelo que elles, de prático, realizaram na travessia aérea do Atlântico.

Rendamos a ambos as homenagens a que o povo português tem direito, desde que desempenhou um papel tão notável ha quinhentos anos, alargando o mapa do globo e escrevendo os Lusiadas. O nosso esforço não é diluir, para separar; é intensificar e solidificar a união entre os filhos e os pais. A política de cohesão entre Portugal e Brasil, política de sentimento e coração, na phrase incisiva do grande poeta philosopho da Península, Guerra Junqueiro, é a única que nos convém.

Embora os destinos sejam diferentes, por motivos que seria longo enumerar até com os depoimentos dos estadistas e historiadores de lá e de cá, tudo indica que nunca, como agora, devemos amar cada vez mais o povo a quem estamos ligados por tantos laços de afinidade.

